Diagnóstico dos produtores orgânicos da feira agroecológica do mercado municipal de Goiânia-GO

Diagnosis of organic producers on agroecological open market of Goiânia-GO

Fernando Ferrari de Morais, Luiza Helena Monteiro Borba de Oliveira, Marina Aparecida da Silveira, Ricardo de Siqueira Camargo, Márcio Caliari

Resumo – A agricultura orgânica é entendida como prática sustentável da agricultura, com manejo da produção minimamente ofensivo ao meio ambiente. Buscou-se neste trabalho identificar as práticas e motivações dos feirantes de produtos orgânicos em Goiânia. Foi realizado um censo com os comerciantes desta feira, utilizando questionários semiestruturados, de onde foi extraído que todos os feirantes que comercializam produtos de origem vegetal in natura orgânicos possuem certificação pelo IBD, o mesmo não ocorrendo com produtos de origem animal ou produtos processados. Foi constatado também que a principal motivação para a prática de agricultura orgânica é a preocupação com a saúde, o que acaba sendo um atrativo para consumidores, que se tornaram fieis, e mantém o funcionamento do mercado de orgânicos em Goiânia, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos feirantes.

Palavras-chave: Produção orgânica, dificuldades de produção, saúde do consumidor

Abstract – Organic agriculture is understood as a sustainable agriculture practice, with minimal offensive interference on the environment. We sought to identify in this work practices and motivations of organic products marketers in Goiania. A census with traders this open market, using semi-structured questionnaires, from which it was extracted that all marketers who sell products of plant origin in nature have certification on organic agriculture by the IBD, which did not occur with animal products or processed products. It was also found that the main motivation for the practice of organic agriculture is a health concern, which ends up being a draw for consumers, who have become loyal, and maintains the operation of the organic open market in Goiania, despite the difficulties faced by marketers.

Key words: Organic production, production difficulties, consumer's health

INTRODUÇÃO

A agricultura orgânica, a partir do conceito fornecido por Campanhola & Valarini (2001) pode ser definida como a prática agrícola pouco agressiva ao meio ambiente, onde se excluem técnicas que utilizem agrotóxicos, fertilização ou quaisquer técnicas de manejo artificiais ou sintéticas.

É entendida como prática sustentável de agricultura, sendo que esta se iniciou no Brasil a partir dos anos 1970 e ganhou força na década de 1990, mesmo que ainda com pequena expressividade. Essa prática tem se mostrado um setor de atividade cada vez mais atrativo, seja por seu apelo social, ambiental ou econômico (ASSAD & ALMEIDA, 2004).

Geralmente se trata de produção de agricultura familiar, o que nem por isso deve ser entendido como sinônimo, porém corrobora este sentido social da agricultura orgânica. Ainda no sentido social, há o aspecto de alimentação mais saudável, percebida tanto pelo consumidor final quanto pelo produtor, servindo como base ou complementação alimentar de pessoas que optem por melhor qualidade de vida, sendo esta percepção evidenciada por Trevizan e Casemiro (2009) e por Cerveira e Castro (2005).

Um dado relevante a ser considerado na produção orgânica é o econômico, pois o preço do produto orgânico acaba sendo um atrativo para o produtor, visto que a demanda por tais produtos é crescente, porém limitada

Recebido para publicação em 22 / 04 /2013 ; Aprovado em 22 /09 /2013

^{*}Autor para correspondência

¹ Pesquisa realizada pela Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos - Programa de Pós-Graduação em Agronegócio Rodovia Goiânia-Nova Veneza, Km zero, Campus Samambaia, Caixa Postal 131 - CEP 74001-970 - Goiânia – Goiás.

pela escassa oferta, o que faz com que os preços sejam naturalmente mais elevados (ASSIS e ROMEIRO, 2002).

Também há o aspecto ambiental explicitado no manejo da produção, e eventualmente, expressado por certificadoras de produtos, apesar deste não ser o aspecto primordial quanto a escolha por produtos orgânicos por parte do consumidor (TREVIZAN e CASEMIRO, 2009).

Buscou-se neste trabalho identificar as práticas e motivações dos agricultores voltados aos produtos orgânicos, que comercializam na feira semanal de orgânicos que acontece no mercado municipal de Goiânia.

MATERIAIS E METODOS

A cidade de Goiânia possui, até a presente data, três feiras que comercializam produtos orgânicos, contudo a Feira Agroecológica do Mercado Municipal da Rua 74 é a única que comercializa somente produtos orgânicos, sem exceção. A partir desse perfil delimitou-se esta feira para a realização de um diagnóstico sobre os produtores e/ou feirantes de produtos orgânicos.

Devido ao tamanho e também a necessidade de fazer um levantamento rico sobre os produtores e/ou feirantes de produtos orgânicos, foi feito um censo, ou seja, todos os indivíduos da população foram entrevistados. Desta forma foi possível fazer um diagnóstico rico e mais preciso.

Para tal foi utilizado um questionário semi-estruturado, do qual foram extraídas informações como o perfil do feirante, em caso de produtor o perfil da propriedade, como esses produtores se organizam, como se comportam em relação a questões ambientais, entre outros. Ao todo foram entrevistados oito feirantes, sendo que destes apenas dois não são produtores, mas sim comerciantes de produtos orgânicos processados.

A pesquisa foi realizada em apenas um dia, e aconteceu no mês de dezembro de 2012. Apesar de extenso, o questionário abordava questões simples, de tal forma que não dificultava ou atrapalhava o feirante. Assim foi possível entrevistar os feirantes ao mesmo tempo em que eles estavam trabalhando.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Mercado Municipal de Goiânia conta com 30 salas de exposição, sendo que aos sábados ocorre a feira agroecológica de produtos orgânicos, em sua praça central. O prédio passou por reformas, a partir de parceria entre a prefeitura e a iniciativa privada, sendo que atualmente além de abrigar a feira agroecológica, também é considerado um ponto turístico de Goiânia (GOIÂNIA, 2013).

A feira agroecológica do Mercado Municipal de Goiânia é considerada pequena com possuindo apenas oito bancas para venda de seus produtos – comercializados por associados da ADAO-GO (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica) – e

aproximadamente 150 consumidores por dia, tendo periodicidade semanal, sendo realizada aos sábados.

Tomando como referência a área total dos estabelecimentos dos feirantes selecionados para a pesquisa, esse grupo era formado por micro, pequeno e médio produtores rurais, com área total máxima de 300 hectares e mínima de 2,5 hectares. Dos comerciantes presentes na feira, há dois comerciantes que declararam não serem agricultores, enquanto os outros seis são produtores e comerciantes.

A participação da área explorada com cultivo orgânico em relação à área total por estabelecimento possui propriedade com produção mínima de 2,5 ha destinada para horticultura e fruticultura e produção máxima de 300 ha destinada à atividade produtiva do mel.

Para os oito agricultores que declararam estar produzindo e desenvolvendo as atividades produtivas de horticultura, fruticultura, avicultura, suinocultura, pecuária de leite e apicultura, em termos de composição de renda se identificou que a maioria identifica a rentabilidade como regular em relação à venda dos produtos orgânicos.

Foi possível observar que existe fluxo significativo de consumidores que vão à feira semanalmente. Em média os feirantes atendem por semana 78,6 clientes. Apesar de ser pequeno o número quando comparado com as feiras convencionais, os feirantes afirmam que é uma quantidade significativa por se tratar de uma feira com produtos específicos. Além disso, a feira não realiza propagandas, seu principal meio de divulgação é o "boca a boca".

Outro dado a ser ponderado é a existência de clientes fieis, percebidos pelos feirantes. Em média cada feirante possui 17,3 clientes que adquirem seus produtos semanalmente. São clientes que acabam estabelecendo laços de amizade com o comerciante.

Para se comercializar produtos orgânicos é necessária à aquisição de uma certificação. Entre os feirantes entrevistados apenas 62,5% possuem certificação, sendo que o certificado expedito pelo Instituto Biodinâmico – IBD. Uma justificativa apresentada por alguns produtores que não possuem a certificação está relacionada às normas exigidas pelas instituições certificadoras para a produção e comercialização de produtos orgânicos. É necessário que a propriedade passe por uma adaptação, e na maioria das vezes isso exige um investimento financeiro.

Identificou-se ainda que dos produtos comercializados, aqueles de origem animal e os de panificação são os que não possuíam certificação, isto por que, segundo os produtores, o investimento financeiro é maior na certificação de tais produtos. Já os produtos vegetais foram todos certificados pelo IBD. Quando foi questionada a razão da escolha da instituição certificadora, alguns feirantes justificaram-na devido a cooperativa, outros devido a decisões do grupo de produtores de orgânicos e outro devido a uma parceira feita com o SEBRAE.

Entre os feirantes que possuem certificação, 50% possuem de toda a produção e os outros 50% possuem certificação parcial de sua produção. O produtor pode

possuir a certificação de apenas uma parte da propriedade, o que facilita e barateia o processo de certificação da produção. Tais certificações foram adquiridas em média há 2,5 anos, sendo a média da propriedade certificada de 5,225 hectares. No Rio Grande do Sul, Storch et al. (2004) encontraram uma média de 5,6 ha para produção de orgânicos. Já no Estado de Santa Catarina, o trabalho de Oltramari et al. (2002) mostra que a propriedade destinada à agricultura orgânica tem área média de 8,39 ha naquele Estado.

Quanto ao processo de certificação, mesmo que apenas os produtos agricultáveis tenham sido certificados, ainda assim é um dado significativo, em comparação ao encontrado por Oltramari et al. (2002), que evidenciou que apenas 34,14% dos produtores de orgânicos de Santa Catarina possuem certificação. Em outros estudos, Vásquez et al. (2008), não encontraram nenhum produtor certificado na região de Cajazeiras/PB, bem como Dulley et al. (2003) não encontraram nenhuma área certificada em sua pesquisa na região de Bauru/SP.

Da área total informada pelos produtores, 723,2 hectares, apenas 342,4 hectares foram declarados como explorados pelo sistema orgânico de produção, com destaque para a área de 300 hectares utilizada para a apicultura.

Dentro das áreas destinadas aos orgânicos existem alguns produtos que são produzidos em maior escala como as frutas, legumes, verduras, derivados do leite e aves, contudo, existem os produtos que são produzidos em menor escala como o mel e suínos. Esses produtos exigem um manejo mais específico, restringindo seus produtores.

Nem todos os feirantes que participam da feira são também produtores. Dois dos feirantes adquirem insumos orgânicos para realizar o seu processamento, vendendo assim pães, bolos, biscoitos entre outros produtos de panificação. Estes feirantes produzem em maior escala produtos de panificação e derivados do leite, já em menor escala derivados de frutas, como geleia de frutas. Em Pombal, município paraibano, também foi constatado por Silva & Costa (2010) que nem todos os feirantes locais são produtores, sendo que aquela feira não é exclusivamente de produtos orgânicos.

Um total de 75% dos feirantes afirmou que comercializam somente o que produzem. Entre os demais feirantes, por exemplo, um comercializa mel orgânico de um vizinho. Além da feira de orgânicos, alguns feirantes comercializam seus produtos em outros lugares, como exemplo a feira do Cerrado, outra feira com perfil similar à feira estudada.

Como relatado anteriormente, alguns feirantes comercializam produtos orgânicos já processados, e não in natura. Os principais insumos orgânicos adquiridos para a realização de tais produtos foram o açúcar, farinha de trigo, uva passas, leite e ovos.

As principais atividades produzidas nos cultivos considerados como orgânicos pelos produtores foram: fruticultura (cinco), verduras (cinco), legumes (quatro) e aves (três). As atividades secundárias do cultivo

considerado orgânico pelos produtores destacaram-se: ovinocultura (dois), apicultura (dois), bovinocultura de leite (um), suinocultura (um), derivados do leite (um). Na região de Bauru, Dulley et al. (2003) encontraram como atividades principais o café, horticultura, fruticultura, pecuária de corte, verduras, ovos e leite, e como atividade secundárias a fruticultura, horticultura, ovos, milho e mandioca. Percebe-se que a horticultura é uma das principais culturas em orgânicos, tanto na região de Goiânia, como na região de Bauru, possivelmente pela facilidade de adaptação da produção do sistema convencional para orgânico.

Os resultados obtidos quanto a forma de ocupação e quanto as práticas de manejo do solo permitem inferir que existe um modelo produtivo voltado à sustentabilidade, fazendo com que este grupo de produtores possa, em um futuro próximo, certificar totalmente sua produção orgânica, contribuindo com a saúde de sua família e dos consumidores, bom como com um equilíbrio entre meio ambiente e produção, tendo assim um grau maior de sustentabilidade. A tabela 1 apresenta os resultados da pesquisa quanto á área total das propriedades e suas formas de ocupação.

Tabela 1 - Área total do conjunto de propriedades levantadas e suas diferentes formas de ocupação, 2012

Ocupação Área	(ha)
Cultura anual - sistema orgânico	5,5
Cultura anual - sistema convencional	0,0
Cultura permanente - sistema orgânico	20,5
Cultura permanente - sistema convencional	0,0
Pastagem - sistema orgânico	18,5
Pastagem - sistema convencional	0,0
Reflorestamento - sistema orgânico	7,0
Reflorestamento - sistema convencional	6,0
Matas e capoeiras	306,6
Área em descanso	0,0
Área inaproveitável	0,0
Outros usos	0,0
Total do conjunto de estabelecimentos	364,1

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao emprego de diferentes práticas de manejo de solo, foi possível observar que os dados de utilização de controle de erosão e faixas de rotação necessitam de melhor aproveitamento e há ainda utilização de monocultura pelos agricultores, conforme mostrado na Tabela 2. Os resultados sobre a manutenção e recuperação do solo, indicam que todos os agricultores entrevistados fazem a análise do solo, incorporação de matéria orgânica, utilizam restos de cultura e realizam adubação verde, fazem também a consorciação e diversificação de culturas demonstrando a utilização de tecnologias específicas para o melhoramento da fertilidade do solo. Há também a diversificação de culturas que propicia ao agricultor menor dependência da oscilação de preços de

determinados produtos, o que poderia fragilizar o sistema de produção.

Tabela 2 - Percentual de emprego de diferentes práticas de manejo do solo e de manutenção e recuperação da sustentabilidade da produção utilizadas pelos produtores, 2012

Item	%
Manejo de solo	
Utiliza cobertura morta	100
Utiliza cobertura viva	60
Tem área com vegetação nativa/reflorestada	100
Faz rotação de culturas	100
Tem monocultura	20
Controla a vegetação natural nativa ou "mato"	100
Utiliza a sucessão de culturas	100
Utiliza plantas companheiras	100
Controla a erosão	40
Utiliza curvas de nível	60
Utiliza faixas de rotação	80
Manutenção e recuperação	
Faz análise do solo	100
Faz calagem	60
Incorpora matéria orgânica	100
Utiliza adubação verde	100
Incorpora os restos de culturas	100
Faz consorciação de culturas	100
Procura diversificar as culturas	100

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados também indicaram que 100% dos produtores fazem consorciação e rotação de culturas e utilizam cobertura morta, diferentemente do Estado de Santa Catarina, onde, segundo Oltramari et al. (2002), 74,79% dos produtores utilizam cobertura morta, 66,15% utilizam rotação de culturas e 56,09% fazem consorciação de cultura. Em contrapartida, o percentual de cobertura verde naquele Estado é de 77,9%, maior do que os 60% encontrados na região de Goiânia.

Dos feirantes entrevistados, aqueles que também são produtores responderam que suas produções não são completamente orgânicas, havendo áreas de produção convencional, o que pode significar uma futura conversão gradual de práticas convencionais para práticas orgânicas. Neste sentido, Vásquez et al. (2008) e Dulley et al. (2003) também encontram junto aos produtores uma produção que ainda não é totalmente orgânica.

Os produtores entrevistados (100%) também informaram que o principal motivo pela opção pelo sistema orgânico de produção é a preocupação com a saúde da própria família e do consumidor, além da oportunidade da diversificação da produção. Vásquez et al. (2008) também encontraram predomínio da preocupação com a saúde familiar e do consumidor, que somados foram de 56% em sua pesquisa na Paraíba, enquanto a preocupação com a saúde chegou a 44% no Rio Grande do Sul, em pesquisa de Storch et al. (2004). Já

Dulley et al. (2003) encontraram, entre os produtores de orgânicos na região de Bauru, um valor de 41,9% de preocupação relacionada à saúde da família ou do consumidor. Percebeu-se que a saúde é uma preocupação em comum entre as pesquisas realizadas nas regiões de Goiânia, Bauru, Cajazeiras e o sul do Rio Grande do Sul, porém em Santa Catarina, a preocupação com a saúde, seja da família, seja do consumidor, responde somente por 22,66% do principal fator que influenciou a produção orgânica. Naquele Estado, as razões econômicas foram as principais motivadoras para 41,64% dos agricultores de produtos orgânicos (OLTRAMARI et al., 2002).

As barreiras naturais são uma alternativa para redução da interferência do vento e da presença de predadores das culturas. Dos oitos agricultores entrevistados todos responderam à consulta sobre a existência de barreiras artificiais, naturais e/ou sendo que cinco apresentavam barreiras; três agricultores apresentavam barreira artificial ou natural, ou seja, 37,5% utilizam barreiras. Número semelhante foi encontrado na região de Bauru por Dulley et al. (2003), onde 33,3% dos produtores utilizam algum tipo de barreira. Entre as plantas utilizadas como barreiras artificiais constam bananeira, capim-cremoso, flor-de-mel, capim-sansão e mão-de-cobra.

Dos seis feirantes agricultores, cinco (ou 83,33%) relataram que as propriedades vizinhas utilizavam sistema convencional de produção, enquanto um (16,67%) afirmou que a propriedade vizinha utilizava sistema de produção misto. Essa pequena proporção de vizinhos que utilizam sistema orgânico e/ou misto também foi verificada por Dulley et al. (2003), ao encontrar apenas 2 vizinhos que utilizam tais métodos produtivos entre os 21 produtores de orgânicos pesquisados.

Identificaram-se nas culturas desenvolvidas em torno das propriedades de cultivo orgânico atividades produtivas de alta contaminação do solo e dos recursos hídricos por produtos agroquímicos proibidos na agricultura orgânica. Apenas um vizinho das propriedades de produtores orgânicos possui sistema misto, o que pode indicar que o sistema orgânico é uma opção pessoal e não da comunidade onde o produtor está inserido.

Com relação à origem das sementes e mudas empregadas nos cultivos dos cinco estabelecimentos declarados como orgânicos ou em transição, verificou-se que apenas um produtor, ou 20% do universo pesquisado, disse produzir suas próprias mudas e sementes, 40% dos agricultores afirmaram tê-las comprado orgânicas livremente no mercado, 60% compradas de produção não orgânicas, o que pode indicar uma eventual planta de origem não-orgânica. A pesquisa de Oltramari et al. (2002) revela que em Santa Catarina, 23% dos produtores de orgânicos utilizam sementes orgânicas, 24,03% utilizam sementes convencionais e 52,97% utilizam os dois tipos de sementes.

Todos os pequenos produtores relataram possuir algum problema com pragas, sendo as formigas a mais frequente, presente em 60% destes produtores. Das

práticas adotadas para controle, o dipel, extrato de nim (*Azadirachta indica*) e a utilização de caldas foram os mais frequentes, sendo que 40% dos produtores utilizam dipel, 40% utilizam caldas e 60% utilizam extrato de nim.

Segundo Chaboussou (2006) o uso de agrotóxicos nas plantas altera o seu metabolismo de tal forma que os aminoácidos e os açúcares acumulam-se na folha propiciando o ataque de insetos ou pragas.

Todos os seis produtores afirmaram que utilizam água de boa qualidade, sendo que apenas 3 realizam análise química da água, sendo estas análises feitas pelo poder público (SANEAGO e Universidade Federal de Goiás – UFG), ou por laboratório particular, 2 deles realizando a análise anualmente e 1 a cada 4 meses. A captação é diversificada, mudando de produtor para produtor, sendo provenientes de rios dentro e fora das propriedades, nascentes, poços, cisternas e represas. Esses resultados indicam que a qualidade da água percebida pode ser bem diferente da qualidade da água real, visto que metade dos produtores não possuem resultados de análises químicas para controle.

As dificuldades na produção de orgânicos apontadas foram a obtenção de certificação, a dificuldade na aquisição de insumos, a dificuldade com a mão-de-obra, a dificuldade em se obter assistência técnica, as perdas na produção, a sazonalidade da produção, a devolução de parte da produção, o controle de pragas e a mecanização. As principais dificuldades foram em relação à mão-deobra, sendo citado por 83,3% dos produtores e em relação à assistência técnica, citada por 50% dos produtores. Sendo estas as duas principais queixas dos produtores, percebe-se uma possível precariedade profissionalização deste tipo de produção. Resultados differentes foram encontrados por Dulley et al. (2003), onde foi verificado que as principais queixas dos produtores orgânicos de Bauru foram a obtenção de certificação e a aquisição de insumos. Já Storch et al. (2004) citam dificuldades com a mão-de-obra na produção e comercialização de orgânicos no Rio Grande do Sul entre as principais queixas.

Quanto à obtenção de crédito, apenas 37,5% dos feirantes tiveram acesso a crédito, pois a maioria dos produtores de orgânicos pertence à categoria de agricultor familiar e o crédito para tal produtor não é tão facilitado como é para os grandes produtores. Segundo Machado & Corazza (2004) no Brasil existem 3 linhas de crédito para produção orgânica, oferecidas pelos Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BNDES, logo, apenas duas linhas de crédito para o estado de Goiás. As mesmas autoras ainda afirmam que para se obter esse crédito, o produtor já deve ser certificado. Como os próprios produtores indicaram como uma das dificuldades a obtenção de certificação, a obtenção de crédito é ainda mais dificultada. De forma semelhante, Oltramari et al. (2002) relatam que o governo de Santa Catarina só fornece subsídios aos produtores para áreas que possuam área de produção orgânica, mas não para as áreas de conversão, sendo que apenas 9,49% dos

produtores de orgânicos daquele estado receberam créditos específicos para a agricultura orgânica.

O tempo de comercialização na feira pesquisada variou de 6 meses a 6 anos, com uma média de 3,13 anos. Este tempo médio pode indicar um início de maturidade da feira, porém é necessário um acompanhamento em maior período de tempo para saber se este tempo médio tende a aumentar, estabilizar ou diminuir. A partir da pesquisa de Vásquez et al. (2008), pode-se inferir que o tempo médio de produção orgânica da região de Cajazeiras-PB é de 2,6 anos, um dado próximo ao encontrado em Goiânia, se considerarmos o tempo de comercialização na feira do mercado municipal da rua 74. Já no sul do país os dados obtidos sobre tempo de produção orgânica evidenciam uma prática mais longíngua, sendo que no Rio Grande do Sul, 57% dos produtores de orgânicos estavam neste ramo de produção há pelo menos 4 anos (STORCH et al., 2004), enquanto em Santa Catarina, o tempo de produção no sistema orgânico tem uma média de 5,45 anos (OLTRAMARI et al., 2002).

Ainda com referência à comercialização, 87,5% dos feirantes relatou comercializar em outro espaço, que não a feira agroecológica do mercado da rua 74. O mesmo percentual de feirantes afirmou que toda sua produção é comercializada, sendo que o único que afirmou não comercializar totalmente sua produção relatou que consome a parte não comercializada. Isto pode indicar uma necessidade de maior volume de vendas, além desta feira específica, para distribuição total de suas produções. O trabalho de Oltramari et al. (2002) revela que 42,63% dos produtores de orgânicos em Santa Catarina comercializam seus produtos em feiras livres, porém este dado é de difícil comparação direta com os dados obtidos na região de Goiânia, pois em Goiânia foram entrevistados os feirantes, e não todos os produtores de orgânicos do estado ou da região de Goiânia, bem como no trabalho de Oltramari et al. (2002) não há dados sobre produtores que comercializam em feiras livres e em outros locais.

Quanto às dificuldades de comercialização, metade dos feirantes afirmou ter algum tipo, sendo a aceitação do produto a principal e 75% dos feirantes relataram que possuem essas dificuldades. A penetração de mercado foi uma dificuldade encontrada em Bauru por Dulley et al. (2003). Também foram citados, como problemas dos feirantes de Goiânia, o transporte e a padronização dos produtos, o que pode indiretamente levar a uma maior dificuldade de aceitação do produto orgânico.

As dificuldades encontradas variam para cada região e para cada produtor, porém as queixas são constantes e encontradas por diversos pesquisadores. Incluem-se assistência técnica, obtenção de insumos, problemas relativos ao mercado, crédito rural, o que nos leva a inferir que uma política pública eficiente de incentivo à produção orgânica é necessária, visto que existem agricultores interessados neste tipo de produção em vários locais do país.

Apesar das dificuldades encontradas na produção e comercialização, 87,5% dos feirantes se diz satisfeito com as vendas, sendo que 75% relatou que os preços de venda são bons, enquanto que 25% relatou que os preços são regulares. Uma alta proporção de percepção de preço de venda foi encontrada por Storch et al. (2004) no Rio Grande do Sul, que encontraram um valor de 93% de agricultores que consideram o valor de venda bom. Já Vásquez et al. (2008) obtiveram um percentual de 45% de agricultores que consideram bom ou excelente o valor de venda de produtos orgânicos na Paraíba.

Quanto à rentabilidade percebida, apenas 37,5% dos feirantes disse ter uma rentabilidade ótima, 50% respondeu ter uma rentabilidade regular e 12,5% relatou ter uma rentabilidade ruim. Estes valores são bem diferentes quando se compara aos valores encontrados respectivamente por Storch et al. (2004) e Vásquez et al. (2008) no Rio Grande do Sul e na Paraíba, onde os resultados foram de 79% de agricultores satisfeitos com sua renda no Rio Grande do Sul contra apenas 11% na Paraíba.

Apesar de se haver uma percepção de 37,5% dos feirantes em existir dificuldades na aceitação de seus produtos, apenas 25% afirmou ter dificuldade em colocar seus produtos no mercado. O mesmo percentual de 37,5% de feirantes disse ter dificuldades de sazonalidade, sendo que destes, dois responderam ter problemas com os consumidores, em períodos de férias ou feriados, e um disse ter perdas eventuais de produtos.

Por se tratarem de propriedades pequenas e também de mão-de-obra familiar, em média a quantidade de pessoas que trabalha na produção de orgânicos é de 3,8 pessoas. É uma média baixa, uma vez que, como já dito, se trata de uma propriedade pequena de produção familiar, mesmo sendo superior à média de pessoas que trabalham na agricultura orgânica em Santa Catarina, que, segundo Oltramari et al. (2002), é de 2,46 pessoas. Ressalta-se que a mão-de-obra está concentrada na família, e que são poucos os feirantes que possuem pessoas contratada ou diaristas. A explicação para tal, e uma das principais queixas dos feirantes, é devido à falta de pessoas interessadas em trabalhar nessa área.

O percentual de trabalho exclusivamente familiar na agricultura orgânica paraibana, segundo Vásquez et al. (2008) é de 78%, enquanto Storch et al. (2004) evidenciaram 64% da mão-de-obra familiar gaúcha e a catarinense utilizada na produção orgânica (OLTRAMARI et al., 2002). Estes dados podem esboçar um perfil familiar da produção orgânica no país, embora na região de Bauru, Dulley et al. (2003) afirmem que a maioria da mão-de-obra utilizada seja contratada ou diarista, porém sem especificar a proporção desta mão-de-obra.

A maior parte dessa mão-de-obra está voltada para as atividades da produção de orgânicos, mas também se dedicam a sua comercialização. Ao contrário do perfil da realidade rural onde existe uma maior mão-de-obra masculina em relação a feminina, entre os feirantes

avaliados a mão-de-obra feminina é maior do que a masculina, sendo que de um total de 26 trabalhadores, 15 são mulheres, ou 57,69% e 11 são homens, ou 42,31%. Este dado evidencia um maior equilíbrio entre mão-de-obra feminina e masculina que em relação ao número encontrado por Vásquez et al. (2008) em Cajazeiras/PB, onde foi verificado que 67% da mão-de-obra era composta por mulheres e 33% de homens. Já em Bauru, a mão-de-obra é predominantemente masculina, segundo Dulley et al. (2003). Além disso, a mão-de-obra possui um número pouco significativo de trabalhadores menor de idade em Goiânia.

As diferentes formas de organização dos agricultores, quando criadas pelos próprios agricultores, funcionam como uma ferramenta para auxiliá-los com os atores do meio externo (BERTHOME & MERCOIRET, 1999). Entre os todos os feirantes entrevistados apenas um afirmou que não pertence a nenhuma forma de organização. Este, no entanto não é produtor, vende apenas produtos orgânicos processados como pães, biscoitos e bolos. Com essa organização é possível proporcionar a inserção desses produtores no mercado e assim torná-los mais competitivos, e consequentemente promover a modernização da agricultura (GASTAL et al., 2002).

Já, entre os feirantes que participam de alguma forma de organização, todos são associados da ADAO (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica). Alguns, no entanto, participam de outras organizações como a Coopersil (Cooperativa de Silvânia), Goiás Orgânicos e Vale Vivo. Diferentemente de Goiânia, onde todos os feirantes estão associados à ADAO, na região de Bauru, nem todos os produtores fazem parte de alguma associação, sendo apenas 76% dos produtores entrevistados por Dulley et al. (2003) a pertencerem a algum grupo, e assim como em Bauru, no Estado de Santa Catarina, nem todos os produtores são associados a alguma associação local, sendo o percentual de produtores catarinenses que estão em alguma associação é de 84,7% (OLTRAMARI et al., 2002). Assim como em Goiânia, no Rio Grande do Sul, no sul do estado todos os produtores entrevistados por Storch et al. (2004) fazem parte da associação ARPA-SUL.

Entre os feirantes que possuem alguma forma de organização, a sua participação na cooperativa é significativa, uma vez que 71,42% responderam que participam de assembleias e reuniões realizadas pela instituição. Além disso, afirmaram que os principais benefícios que receberam da associação foram insumos e auxílio quanto à comercialização. Apesar de serem em menor quantidade, alguns feirantes também receberam ajuda da instituição quanto à gestão da propriedade e acesso a créditos.

Em relação à assistência técnica, apenas 42,85% procuram a cooperativa para auxiliarem em questões técnicas. Os demais feirantes preferem buscar assistência técnica particular ou pela EMATER. Entre os feirantes que tiveram acesso a assistência técnica 42,85% afirmou

que os técnicos tinham conhecimento sobre a produção de orgânicos. Na região de Bauru, 84% dos produtores buscaram assistência técnica, contra 16% que não possuíam atendimento (DULLEY et al. 2003).

Além de assistência técnica na produção, 87.5% dos feirantes entrevistados buscam qualificação sobre a produção de orgânicos através de cursos presenciais, informações disponíveis na internet, apostilas, palestras ou mesmo o SEBRAE. Em Santa Catarina, os produtores buscam informações sobre as práticas orgânicas principalmente junto aos técnicos (82,44%), associações de produtores (55,67%), com vizinhos e amigos (41,5%), por tradição familiar (34,7%) e pela televisão (30,74%) (OLTRAMARI et al., 2002).

Todos os feirantes afirmaram separar o lixo doméstico, sendo que 75% disseram que a prefeitura local recolhe o lixo, 37,5% transporta os resíduos para a cidade, 12,5% reciclam ou enviam os resíduos diretamente para a reciclagem e 12,5% enterram o lixo. Na região de Bauru, os dados encontrados foram que 19% dos agricultores de produtos orgânicos transportam os resíduos para a cidade, 19% enterram seus resíduos sólidos, 9,5% disseram que a prefeitura recolhe o lixo e 14,3% reciclam ou enviam os resíduos diretamente para a reciclagem (DULLEY et al., 2003).

Este aspecto se torna relevante, pois nem todas as prefeituras possuem sistemas eficientes de tratamento de resíduos sólidos, sejam aterros sanitários, cooperativas de reciclagem, ou seja, de todos os feirantes, apenas se pode afirmar que 12,5% de fato separa o lixo eficientemente, pois além de ser separado, este tem a reciclagem como destino final. Para saber sobre a eficiência dos outros feirantes, no tocante à separação de lixo, é necessário que se verifique as condições de destinação final dos resíduos sólidos dadas pelas prefeituras, e ainda no caso do feirante que enterra, qual a técnica utilizada para este fim, se com o devido projeto de engenharia ou se o lixo é enterrado sem maiores critérios. Mesmo que ainda há que se avançar neste aspecto, a região de Goiânia está comparativamente melhor estruturada que a região de Bauru, visto que um percentual maior de agricultores conta com recolhimento de resíduos por parte das prefeituras, e um percentual menor enterram estes resíduos.

Quanto ao tratamento do esgoto, apesar de 87.5% dos feirantes responderem que há tratamento de esgoto, o único (12.5%) que afirmou não realizar o tratamento disse utilizar fossa ecológica, que nada mais é do que uma fossa séptica. As respostas obtidas quanto ao tratamento de esgotos sanitários foram a utilização de fossa séptica por parte de 62,5% dos feirantes, enquanto 12,5% possuem coleta por rede de esgotos, 12,5% coleta pública de material de fossa, e 12,5% utiliza fossa, sem coleta pública. Novamente aqui deve ser levantada a eficiência desta coleta, pública ou particular, das fossas ou da rede de esgoto. O material deveria ser encaminhado para estações de tratamento de esgotos, porém esta, infelizmente, não é uma prática adotada por grande parte

dos municípios do país, sendo que até em grandes metrópoles é raro que todo o esgoto seja devidamente tratado antes de retornar aos cursos d'água.

Quando se questionou quanto às dificuldades encontradas para o processamento dos produtos orgânicos 75% dos feirantes não soube responder. Uma justificativa para tal é que a maioria dos feirantes vende seus produtos na forma in natura, contudo, os entrevistados que responderam a tal questão afirmaram que as principais dificuldades são relacionadas à aquisição de insumos e perdas na produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do diagnóstico nos produtores e comerciantes de produtos orgânicos da feira agroecológica de Goiânia permitiu concluir que existe uma organização entre estes, sendo obrigatória a certificação para os produtos orgânicos vegetais. Isto garante o melhor padrão de qualidade possível e inserção no mercado goiano com a presença de consumidores fiéis a estes produtores.

BIBLIOGRAFIA

Assad, M. L. L.; Almeida, J. Agricultura e sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. Ciência & Ambiente. n. 19, p. 15-30, 2004.

Assis, L; Romeiro, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.

Berthome, J; Mercoiret, M. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, Suzana. Organização dos produtores. Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia: Brasília, DF, 1999, 166p. (Série Agricultura Familiar, 3).

Campanhola, C; Valarini, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Vol. 18, n. 3, set./dez., 2001.

Cerveira, R; Castro, M. C. Consumidores de produtos orgânicos da cidade de São Paulo: características de um padrão de consumo. Informações Econômicas, São Paulo, Vol. 29, n. 12, p. 7-20, 1999.

Chaboussou, F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas — a teoria da trofobiose. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Dulley, R. D; Silva, V; Andrade, J. P. S. Estrutura produtiva e adequação ao sistema de produção orgânico. Informações Econômicas. São Paulo, nov. 2003, v. 33, n. 11

- Gastal, M. L; Xavier, J. H. V; Zoby, J. L. F. Organização de produtores e desenvolvimento rural. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002, 30p. (Série Documentos, 75).
- Goiânia. Portal da Prefeitura de Goiânia. http://www.goiania.go.gov.br. 20 Fev. 2013.
- Machado, F; Corazza, R. Desafios tecnológicos, organizacionais e financeiros da agricultura orgânica no Brasil. Aportes. Puebla, México, mai./ago. 2004, v. 9, n. 26, p. 21-40.
- Oltramari, A. C; Zoldan, P; Altmann, R. Agricultura orgânica em Santa Catarina. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55 p.
- Silva, D. S. O; Costa, C. C. Caracterização dos vendedores de hortaliças da feira de Pombal-PB. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verve de Agricultura Alternativa (GVAA). Mossoró, Dez. 2010, v. 5, n. 5 (número especial), p. 191-196.
- Storch G; Silva, F. F; Brizola, R. M. O; Azevedo, R; Vaz, D. S; Bezerra, J. A. Caracterização de um grupo de produtores agroecológicos do sul do Rio Grande do Sul. Revista Brasileira de Agrociência. V. 10, n. 3, p. 357-362, jul./set. 2004.
- Trevizan, S. P. D; Casemiro, A. D. Consumidores de produtos orgânicos em Vitória da Conquista, Bahia. 2nd International workshop advances in cleaner production. Annals. São Paulo, Mai. 2009.
- Vásquez, S. F; Barros, J. D. S; Silva, M. F. P. Agricultura orgânica: caracterização do seu produtor na cidade de Cajazeiras-PB. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verve de Agricultura Alternativa (GVAA). Mossoró, Jan./Mar. 2008, v. 3, n. 2, p. 87-97.